

Apresentação do dossiê

História e informação: diálogos, representações e perspectivas nos museus, bibliotecas e arquivos

Organizadoras

Rose Elke Debiasi

Priscila Maria de Jesus

Marilane Machado de Azevedo Maia

[Sobre as organizadoras >>](#)

O dossiê temático *História e informação: diálogos, representações e perspectivas nos museus, bibliotecas e arquivos*, aqui apresentado, nasce de indagações e reflexões acerca do papel dos espaços de informação como Bibliotecas, Arquivos e Museus (BAM). Busca-se discutir como essas instituições podem articular, por meio de seus processos de investigação, documentação e comunicação, os aspectos históricos e informacionais de objetos sob sua custódia, a partir de uma abordagem multidisciplinar que valorize tanto a vida pregressa desses objetos quanto os novos significados ao ingressarem nesses espaços de memória.

As BAM, por meio de seus acervos, possibilitam que informações e memórias sejam comunicadas ao seu público/interagente e que, a partir dessa interação, possa ocorrer um processo de elaboração do conhecimento (Buckland, 1991; Capurro, 2007). Entretanto, nem toda informação comunicada será necessariamente transformada em conhecimento por seus públicos, uma vez que esse processo depende também das motivações que levam os sujeitos a esses espaços e das diferentes formas pelas quais eles interagem com as informações que lhes são apresentadas.

O dossiê partiu da ideia de uma convergência entre esses três espaços de memória e preservação, que adotam processos metodo-



lógicos entrecruzados ao longo do tempo. Com a migração cada vez maior de coleções provenientes de museus, arquivos e bibliotecas para o ambiente digital, estes também passam a compartilhar metodologias, padrões e linguagens, como a preservação digital e o uso da linguagem *Dublin Core* na padronização dos metadados atribuídos.

A função de preservação da memória por parte do ecossistema BAM permite que se estabeleçam relações e compreenda-se a história do próprio ser humano e o ambiente onde ele viveu, a partir dos objetos produzidos e preservados nesses espaços, independentemente do nome recebido, seja objeto, suporte, documento ou outro. Essa concepção aproxima-se da compreensão de bibliotecas, arquivos e museus enquanto “lugares de memória”, considerados como operações não naturais realizadas pelas sociedades na intenção de contrapor-se à sensação iminente de que determinados eventos considerados importantes estivessem condenados ao total esquecimento. É o sentimento de que não há memória espontânea que faz nascer os lugares de memória (Nora, 1993, p. 13-14).

O objeto-documento (Loureiro, 2019) ganha um status de patrimônio ao se inserir em um novo sistema de valoração que o torna significativo para uma sociedade. Ao relacionar-se com as próprias noções e reflexões sobre o patrimônio, percebe-se que este oferece um entendimento da vida social e cultural (Gonçalves, 2009). Levamos em consideração, conforme nos alerta Mário Chagas (2002), que há uma relação direta entre a preservação da memória e as relações de poder. A preservação de um patrimônio ou o seu abandono, as rememorações ou os esquecimentos são sempre escolhas de um determinado grupo: “Reconhecer que existem relações entre o poder e a memória implica em politizar as lembranças e os esquecimentos. A memória – voluntária ou involuntária, individual ou coletiva – é, como se sabe, sempre seletiva” (Chagas, 2002, p. 44). Nesse sentido, conclui-se que, em nome de um processo de preservação patrimonial, algumas memórias ao longo da história foram levadas a um estado de silenciamento, esquecimento ou apagamento, sendo invisibilizadas.

Ao refletir sobre o ciclo de vida dos objetos dentro de instituições de informação e memória, percorrem-se alguns caminhos que se cruzam e se tornam parte do processo de estudo e pesquisa dos

espaços BAM, a exemplo da elaboração de políticas institucionais, bem como os reflexos das políticas de salvaguarda dos bens localizados em museus, arquivos e bibliotecas, que apresentam metodologias distintas de documentação e comunicação, em alguns casos, mas que se relacionam e dialogam intrinsecamente, permitindo uma discussão ampliada.

Nessa perspectiva, a publicação reúne seis artigos, dois ensaios e uma resenha que promovem uma reflexão crítica sobre as relações entre história e informação, mobilizando diferentes perspectivas teóricas, objetos de análise e acervos documentais. Em conjunto, essas contribuições delineiam um amplo e diversificado campo de debate. Cabe destacar alguns aspectos que orientam a leitura deste dossiê: os textos foram organizados segundo afinidades temáticas, evidenciando aproximações conceituais e metodológicas que favorecem o diálogo entre as diferentes abordagens.

O artigo “Imprensa feminina e normatização: uma análise da edição de 1914 do *Jornal das Moças* a partir da Hemeroteca digital”, de Anna Beatriz Esser dos Santos, examina as ambiguidades presentes no periódico que, ao mesmo tempo em que difundia modelos normativos de feminilidade, abrigava brechas para a expressão intelectual e a atuação pública das mulheres. A trajetória de Violeta-Odette mostra como esses espaços foram apropriados, negociados e tensionados por mulheres que fizeram da escrita um lugar de autoria e intervenção. Ao recusar interpretações lineares, o estudo convida a perceber as contradições da imprensa feminina e a reconhecer as estratégias por meio das quais mulheres produziram presença em contextos marcados por expectativas sociais restritivas.

As relações entre visibilidade, reconhecimento e representação também estão presentes no artigo “O protagonismo feminino na arte e nos museus: estudo do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará”, de Ana Júlia de Souza Neves Ladislau e Graciele Karine Siqueira. As autoras, ao investigar a presença das mulheres no acervo, nas exposições e na gestão do Museu de Arte da Universidade Federal do Ceará, revelam uma assimetria persistente: embora as mulheres tenham desempenhado funções fundamentais na trajetória institucional e na produção artística, sua presença permanece reduzida nos processos de patrimonialização e legitimação. O

estudo evidencia que tornar visível a produção artística feminina exige mais do que reconhecer ausências; requer políticas museológicas, curatoriais e de aquisição comprometidas com a equidade, a diversidade e a revisão crítica das narrativas institucionais.

O artigo “Encontros com o acervo da Casa das Onze Janelas: provocações de um inventário”, de autoria de Anna Paula da Silva, Rosângela Marques de Britto e Silvia Raquel de Souza Pantoja, apresenta os resultados de um projeto de pesquisa que colocou em destaque a importância da preservação de acervos artísticos e levou à realização do inventário e outras ações de gestão do acervo do Espaço Cultural Casa das Onze Janelas (Cojan), em Belém do Pará. Tendo como objeto de estudo o acervo do museu dedicado à arte contemporânea, com ênfase nas produções das regiões Norte e Nordeste, as autoras discutem a importância da preservação de acervos artísticos a partir de abordagens interdisciplinares entre museologia, conservação-restauração, artes visuais e história da arte, destacando a divulgação de tais acervos para a sociedade a partir da articulação entre universidades e museus.

Em “Abordagens museológicas e caminhos literários da fabulação crítica museal”, Joseania Miranda Freitas e Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha propõem o encontro entre museologia, história, literatura e poesia como possibilidade de reexaminar acervos marcados pela experiência colonial e escravista. Inspirada na fabulação crítica, essa abordagem não pretende preencher lacunas de maneira arbitrária nem substituir a pesquisa histórica pela ficção. Ao contrário, busca construir narrativas comprometidas com as fontes e, simultaneamente, atentas ao que os registros oficiais não disseram, ocultaram ou tornaram impossível conhecer. A fabulação crítica museal emerge, assim, como uma escolha ética, estética e política, capaz de restituir densidade humana às histórias frequentemente reduzidas à materialidade dos objetos.

O artigo “À vista do quarto de Getúlio, houve quem derramasse uma lágrima: o quarto de Getúlio e a gênese museológica do Museu da República”, de Marcus Vinícius Macri Rodrigues, apresenta a escolha para a recriação do quarto onde o então presidente Getúlio Vargas se suicidou, em meio a uma crise política, mostrando sua relação com a arquitetura do Palácio do Catete, que, inicialmente

surge como uma moradia, sendo posteriormente a sede presidencial do Brasil, quando o Rio de Janeiro se tornou a capital do país. O autor destaca o uso do diário como um elemento para a criação da expografia do museu, bem como o interesse que havia, antes da criação do espaço, no quarto no qual ocorreu o suicídio de Vargas, a partir das menções existentes em jornais. Nesse caso, tem-se uma memória daquele espaço, por meio dos registros, que mostram como ao longo dos anos foram se alterando percepções, discursos, relacionando-os com momentos políticos vividos pela sociedade brasileira.

Já Pedro Mangeti Zaninetti, em “A casa de Schliemann: nacionalismo, classicismo e colecionismo no Museu Numismático de Atenas”, discute a formação de museus a partir de coleções particulares, que emergem no século XIX, com participação nos processos que contribuíram para a configuração dos museus modernos. O autor apresenta a história do colecionador Heinrich Schliemann; a arquitetura da casa, outrora sua residência/museu; e, por fim, a coleção de moedas e cédulas do atual Museu de Numismática de Atenas, que conta com cerca de 600 mil objetos. O texto possibilita uma reflexão sobre os processos de exploração e obtenção ilegal de objetos, a partir das chamadas “expedições arqueológicas” e de figuras controversas que ainda estão presentes e são apresentadas nos museus sem uma crítica maior sobre as origens desses objetos.

No artigo “O legado cultural da imigração europeia na região Sul do Brasil: uma análise das ações de valorização do patrimônio da imigração pelo Iphan e pela comunidade”, Thamiris Woehl e Sura Souza Carmo analisam o patrimônio da imigração europeia no Sul do Brasil a partir da compreensão do patrimônio cultural como um campo de disputas no qual os processos de seleção e reconhecimento produzem silenciamentos e invisibilizam determinados grupos sociais. As autoras demonstram como o projeto de construção da identidade nacional que orientou a criação do Iphan, em 1937, contribuiu para o reconhecimento tardio dos bens culturais relacionados à imigração europeia, cuja valorização passou a ocorrer de forma mais significativa apenas com a ampliação da noção de patrimônio cultural, especialmente a partir da década de 1980, quando observou-se a incorporação dos bens da imigração às políticas federais de preservação. O estudo destaca a importância e o protagonismo de museus, comuni-

dades locais e administrações municipais na preservação, transmissão e valorização do patrimônio da imigração.

A dimensão política da preservação ganha outros contornos no ensaio “Reflexões sobre os caminhos arquivísticos e da memória: protocolos de colaboração da Fundação Mário Soares e Maria Barroso com a Guiné-Bissau”, de Henrique Godoy A. de Souza. Ao acompanhar as trajetórias dos arquivos de Amílcar Cabral e do Fundo Documental do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas da Guiné-Bissau, o autor problematiza as relações entre memória, colonialismo, deslocamento documental e democracia. Os arquivos são compreendidos não apenas como repositórios de documentos, mas como espaços de tensão e disputas de poder, pertencimento e acesso. Diante das perdas provocadas pelos conflitos e das permanências que marcam as relações pós-coloniais, preservar e tornar acessíveis esses conjuntos documentais constitui, também, uma forma de resistência ao esquecimento e às tendências revisionistas da história.

Encerrando o dossiê, a resenha “Eu sei em quem acreditei: centenário de Dom Luciano e os caminhos da coleção”, de Verônica Nunes e Sayonara Rodrigues Viana, conduz a reflexão para os processos de construção, dispersão e ressignificação de uma coleção autobiográfica. Ao analisar a exposição realizada no Memorial de Sergipe Prof. Jouberto Uchôa, as autoras demonstram como objetos, documentos, correspondências e lembranças de viagem ultrapassam a esfera individual para integrar uma memória cultural compartilhada. A trajetória de dom Luciano José Cabral Duarte é revisitada não apenas em sua dimensão religiosa, mas também em suas relações com a educação, a cultura, a arte e o colecionismo. Nesse movimento, a exposição transforma vestígios de uma experiência singular em possibilidades coletivas de interpretação e pertencimento.

Mais do que reunir estudos em torno de temáticas próximas, este dossiê propõe uma espécie de encontro entre documentos e ausências; objetos e trajetórias; memória e imaginação; preservação e transformação. Ao aproximar diferentes perspectivas, buscamos favorecer uma reflexão sobre as responsabilidades implicadas no ato de narrar, documentar, expor e patrimonializar.

Referências

BUCKLAND, Michael K. Information as thing. *Journal of the American Society for Information Science*, [s. l.], v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

CAPURRO, Rafael. Epistemología y ciencia de la información. *Enl@ce: Revista Venezolana de Información, Tecnología y Conocimiento*, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 11-30, 2007.

CHAGAS, Mário. Memória e poder: dois movimentos. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, n. 19, p. 43-81, 2002.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 25-33.

LOUREIRO, Maria Lucia de Niemeyer Matheus. O objeto de museu como documento: um panorama introdutório. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 13-36, jan./abr. 2019.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Yara Aun Khoury. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

Rose Elke Debiasi | Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História e Museologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e pós-doutora pela UFSC. Professora adjunta do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Atualmente, coordena a Especialização “Formação de Mediadores para Educação Patrimonial” - CESAD/UAB/UFS. E-mail: elke-debiasi@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5468-6990> | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9745080520218511>.

Priscila Maria de Jesus | Graduada em Museologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), Mestra em Crítica Cultural pela Universidade do Estado da Bahia (Unbe), Doutoranda em Ciência da Informação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Doutorado-Sanduiche na Universidade de Strathclyde (Reino Unido), é bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Foi professora do Departamento de Museologia da Universidade Federal do Pará (UFPA), para as disciplinas de documentação e teoria museológica e, desde 2012, é professora adjunta do Departamento de Museologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS), onde leciona as disciplinas de expologia e expografia. E-mail: priscilamdj@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4592-279X> | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7459325582753481>.

Marilane Machado de Azevedo Maia | Graduada em Licenciatura e Bacharelado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2004), Mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2007) e Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (2016). Atualmente, é técnica em educação e professora colaboradora da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), onde atua como coordenadora de estágios e coordenadora de tutoria na Educação a Distância com vínculo pela Universidade Aberta do Brasil (UAB). Coordena e participa de projetos envolvendo as áreas de biografias, patrimônio, educação e memória numa perspectiva histórica. E-mail: marilane.machado@udesc.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1578-1263> | Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9244242010320241>.

[<< Voltar ao início](#)